

Editorial

A Revista de Direitos e Garantias Fundamentais, ligada ao Programa de Pós Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória, chega ao seu décimo sétimo volume, que se refere ao primeiro semestre de 2016, sendo lançada ainda no mês de fevereiro. Isso demonstra o comprometimento de seu corpo editorial com a busca de atender tanto aos requisitos de qualificação científica, quanto àqueles meramente formais, antecipando prazos e oferecendo ao leitor a possibilidade de uma leitura consistente e enriquecedora ainda no início do ano.

Manter um periódico científico sério e qualificado hoje na área de Direito do Brasil é uma escolha que passa pelo comprometimento com a ciência e pela certeza de que os veículos de comunicação científica são fundamentais para o seu crescimento. Trata-se de um trabalho árduo que, além do trabalho interno, precisa contar com um grande número de pesquisadores para desenvolverem voluntariamente a avaliação de uma série de artigos. Nosso agradecimento a esses profissionais que também estão fortemente comprometidos com a produção do conhecimento. O retorno é o prazer em ver que a qualidade da produção científica no Brasil cresce a cada dia e que vem de diversas localidades e centros de pesquisa.

Esta publicação reúne 10 trabalhos que representam diversos Estados da Federação e se originam em diferentes grupos de pesquisa. Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Pernambuco estão aqui representados.

Pesquisadores publicam trabalhos em parceria consolidando uma tendência de produção coletiva oriunda de grupos de pesquisa. O compartilhamento de conhecimentos e produções científicas engrandece a área do Direito, que, até recentemente, ainda mantinha a cultura de produções individuais.

Grupos de pesquisa que trabalham com diferentes temáticas contribuem com artigos para a composição desse número. Isso revela a centralidade dos Direitos e Garantias Fundamentais no estudo do Direito. Estes têm efetivamente atuado como novo paradigma e base de pensamento para a nova hermenêutica constitucional. Têm contribuído efetivamente para uma interpretação mais humana do ordenamento jurídico perpassando todas as áreas de estudo do direito.

Os trabalhos aqui abordam temas diversos, como direito alternativo e direito livre, tráfico de órgãos, direitos do consumidor portador de deficiência, ativismo judicial, terrorismo, direito à morte digna, direitos fundamentais na República nova brasileira e constitucionalismo na sociedade informacional. Essa diversidade atrairá o interesse de pesquisadores das mais diferentes matizes que multiplicarão esses conhecimentos por meio de novas pesquisas.

O primeiro trabalho aborda a transição do Direito Alternativo para o Garantismo Jurídico Penal como movimentos de crítica à dogmática jurídica, lançando mão de Magnaud, Kantorowicz e Neumann. A produção de Amilton Bueno de Carvalho, bibliográfica e jurisprudencial, é estudada no segundo trabalho com o objetivo de demonstrar as bases do movimento de direito alternativo. O terceiro artigo faz uma releitura do conceito de escravidão contemporânea relacionando-a ao tráfico de órgãos. O primado da igualdade é o fundamento da discussão sobre acessibilidade aos consumidores portadores de deficiência, objeto de discussão do quarto artigo. O ativismo judicial como relevante mecanismo de implementação dos direitos sociais é tratado no quinto trabalho. O sexto artigo aborda a relação existente entre tráfico de seres humanos e o terrorismo organizado numa perspectiva penal e de política criminal. O direito à morte digna é tratado, no sétimo trabalho, na perspectiva dos direitos da personalidade. No oitavo artigo, o autor aborda a retórica de Pontes de Miranda e os direitos fundamentais na República nova brasileira permitindo ao leitor uma compreensão desse importante tempo histórico. O nono artigo se propõe a fazer uma avaliação dos projetos de leis das eleições diretas para o Parlamento do Mercosul. O décimo e último trabalho trata da sociedade informacional e o suporte que pode ser oferecido pelo constitucionalismo contemporâneo para amparar os direitos do cidadão.

É com a persistência de quem acredita na importância dos veículos de comunicação científica, apesar de todo o esforço para essa realização, que a FDV apresenta esse novo volume, repleto de artigos da mais alta qualidade para serem desfrutados pela comunidade científica.

Paula Castello Miguel

Professora do Programa de Pós-Graduação em Direitos e
Garantias Fundamentais da FDV
Diretora Acadêmica da FDV